



NOS TERRITÓRIOS DOS PRAZERES URBANOS: A PROSTITUIÇÃO E O PODER PÚBLICO NA URBANIZAÇÃO DE ITABUNA (1930-1945)

Philippe Murillo Santana de Carvalho¹

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é analisar a relação das prostitutas com o poder público durante a urbanização de Itabuna (1930-1945). Preocupada com o crescimento demográfico e o aparecimento de bairros, a prefeitura patrocinou a elaboração de planos urbanísticos que visavam a organizar o perímetro central. Não demorou para que a preocupação com as formas da cidade se voltasse também para o controle das práticas urbanas, gerando um campo de tensão nas disputas por territórios entre os grupos sociais antagonísticos. Diante disso, as prostitutas passaram a ser um dos grupos sociais que entraram em embate aberto com o poder público. Na disputa com os poderes públicos, interessa compreender de que forma “o mulhério” criou táticas de apropriação do espaço urbano e de preservação de suas práticas em Itabuna. Para este trabalho, utilizamos o *Jornal Oficial de Itabuna*, os periódicos locais *A Época* e *O Intransigente*, os planos de urbanização de Itabuna e a literatura regional como fontes de pesquisa.

Palavras-chave: Prostitutas – Urbanização – Itabuna.

Abstract: The main objective of this work is to analyze the relation between the local prostitutes and the Public Power during the urbanization process of Itabuna (1930-1945). Concerned with the demographic growing and the emerging of popular neighborhood, the City Hall sponsored the creation of urban plans which aimed to organize the central perimeter. Soon the concern with the shapes of the city became also part of the control of the urban practices, generating a tension field in the dispute for territories between the social antagonistic groups. As a consequence, the local prostitutes became one of the subjects that took part of the open brunt against the Public Power. In the dispute with the public power what interests is to understand how the prostitutes created strategies of a appropriation of the urban space and of preservation of their practices in Itabuna. For this work, we used the *Jornal Oficial de Itabuna*, the local publications *A Época* and *O Intransigente*, the urban plans of Itabuna and the regional literature as research sources.

Keywords: Female prostitute – Urbanization – Itabuna.

Conhecida no interior do Estado da Bahia pela sua larga produção de cacau durante o século XX, Itabuna deixou de ser um distrito administrativo para se tornar uma cidade emancipada em 1910. Essa trajetória foi permeada de contradições e conflitos envolvendo os diferentes setores da sociedade por motivos diversos, como, por exemplo, o processo de urbanização. Cerca de vinte e cinco anos depois de sua emancipação, Itabuna possuía uma população que ultrapassava os vinte mil habitantes, número que lhe conferia uma das primeiras posições entre os centros mais populosos do Estado. As pessoas que compunham essa população eram em boa medida formadas por populações advindas do Norte da Bahia, de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, regiões assoladas por constantes problemas

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia – Campus V. Professor do Instituto Federal da Bahia – Campus Valença. Este artigo é oriundo de um trecho da minha dissertação de mestrado, intitulada *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*.

climáticos e dificuldades sociais (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 98). Para o geógrafo Milton Santos, a chegada desses migrantes permaneceu significativa até a década de 1930, o que aumentou consideravelmente os índices populacionais locais (1996, p. 32).

Na medida em que o tecido urbano se expandia, o poder público patrocinou a produção de planos de urbanização que pudessem controlar e ordenar o crescimento da cidade. Em 1927, os engenheiros Manoel Da Rin e Archimedes Siqueira Gonçalves foram contratados para construir um projeto de remodelamento urbano, em que o objetivo principal era criar o sistema de água e de esgoto de Itabuna. Naquela oportunidade, os técnicos já apontavam a imperiosidade de se constituir um plano que servisse de referência para a expansão urbana do perímetro central e dos bairros adjacentes². Em 1934, um novo plano foi solicitado pela prefeitura ao Escritório de Engenharia Sanitária Saturnino de Brito. O relatório técnico produzido por Saturnino Brito Filho, urbanista carioca, seguia essencialmente as mesmas recomendações do plano anterior³. Em entrevista ao jornal *A Época*, ele dizia que o planejamento urbano elaborado para Itabuna era “um ótimo serviço de saneamento à altura de suas necessidades. O progresso [...] se acelerará”⁴.

2

O plano de urbanização de Itabuna tinha como uma de suas pretensões criar a extensa Avenida Central, que seria resultado da união entre as ruas J. J. Seabra e 7 de setembro. Para os engenheiros Archimedes Gonçalves e Manoel Da Rin, aquela via seria a “mais importante das avenidas principais [...] que se estende em linha reta por dois quilômetros, em sentido longitudinal [...] Esta via será o eixo da futura cidade”⁵. Por ser o suporte principal do perímetro urbano, certamente a Avenida Central seria a responsável por abrigar os principais estabelecimentos comerciais e prédios públicos de Itabuna. A linguagem formal e técnica do urbanismo parece apontar para um espaço homogêneo, asséptico e uniforme, entendendo a cidade como um tabuleiro cujas peças podem ser alteradas conforme os interesses de quem planeja. Uma visita a outras fontes sinaliza os sujeitos que ali viviam e a forma como a redimensão das ruas J. J. Seabra e 7 de setembro afetou seus modos de vida.

Identificada como uma das principais vias de Itabuna pelos urbanistas, a rua 7 de setembro era um exemplo da localização dos trabalhadores no perímetro central ocultado nos projetos. Popularmente chamada de rua do “Buri”, aquela área era conhecida por abrigar uma parte do meretrício da cidade,

² CEDOC/UESC. DA RIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes S. *Projeto de Remodelamento e Expansão da cidade de Itabuna*. Salvador, 1927.

³ APMIJD. Escritório Saturnino de Brito. Saneamento de Itabuna (Estado da Bahia) . – Relatório F. Saturnino R. de Brito Filho, Rio de Janeiro, Março de 1935.

⁴ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 22 de junho de 1937, ano XVI, n.º 868, p. 1.

⁵ CEDOC/UESC. DA RIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes S, *op. cit.*, p. 2.

provavelmente entre as décadas de 1920 e 1930. Os memorialistas locais sugerem que a apropriação do espaço pelos comerciantes e as reformas urbanas naquela via forçaram a “mudança das mulheres livres para a rua do Lopes, hoje Duque de Caxias” (GONÇALVES, 1960, p. 116). A edificação de prédios comerciais tornou a convivência tensa entre as prostitutas e setores da elite comercial. Em vista disso, várias reclamações começaram a surgir contra o comportamento “desviante” das mulheres. O jornal *A Época* noticiava em dezembro de 1937:

a atenção da polícia para a insuportável algazarra que as meretrizes, ocupantes de um conhecidíssimo sobrado ali situado [rua 7 de setembro], vêm fazendo todas as noites, das 9 horas até alta madrugada, as quais, nos passeios da rua, sem o mínimo respeito, com palavreados, gargalhadas, correrias e outros meios perturbadores do silêncio, estão prejudicando grandemente a tranquilidade das famílias residentes ao referido trecho de rua⁶.

Em 1937, as intervenções urbanas na rua 7 de setembro e Seabra já haviam sido iniciadas, tornando um pouco mais complicadas as atividades das mulheres naquela região. A preocupação com a retificação, alinhamento e calçamento daquelas vias pode ter aumentado o cuidado dos policiais na zona central, forçando as meretrizes a se abrigarem em outras ruas no entorno. Como apontei anteriormente, os memorialistas locais afirmam que a maior parte delas foi habitar as ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa. No entanto, esse breve episódio das tensas relações das prostitutas com os setores políticos hegemônicos oferece uma pista sobre a ressonância das intervenções urbanas em relação às práticas urbanas dos trabalhadores. Vale pensar a prostituição como atividade profissional desempenhada por mulheres que tinham como último recurso a comercialização de seu próprio corpo para sobreviver. É possível que algumas dessas mulheres inclusive desempenhassem atividades domésticas, mas que pudessem estar desempregadas, fazendo da prostituição uma forma a mais de complementar a renda, como foi o caso de Josina Maria de Jesus, residente na rua da Mangabinha, a qual declarava no seu depoimento cumprir funções de doméstica durante o dia⁷. As prostitutas servem também para que pensemos uma definição de classe trabalhadora para além do “exclusivamente fabril, de ascendência européia, masculina e urbana”; é preciso, como defende Antonio Negro e Flávio Gomes, que se considerem outros tipos de trabalhadores, que exerceram funções muitas vezes não reconhecidas no momento histórico em que viveram, mas que experimentaram um universo de trabalho

⁶ CEDOC/UDESC. Jornal *A Época*, 15 de dezembro de 1937, ano XVI, n.º 930. p. 1.

⁷ APPJ. Processo-crime da comarca de Itabuna contra Mário Barnabé dos Santos. Auto de perguntas feitas a Josina Maria de Jesus. 23/9/1932. p. 9.

em que tinham sua força de trabalho explorada de diferentes formas (2006, p. 217)⁸. Finalmente, negar que as prostitutas são trabalhadoras, apenas por não terem relações de trabalho formais, seria considerar que elas fizessem isso por mera vontade, deixando de lado as condições sociais que as levavam a desempenhar a atividade da prostituição nas ruas de Itabuna.

Apesar da tentativa de trazer novas formas de organização para as práticas urbanas, o projeto urbanista não conseguia evitar que as pessoas comuns se deslocassem das condições estabelecidas por essa política. Muito além da somatória de concreto, prédios, pedras, são as pessoas em suas atividades cotidianas que acabam fazendo da cidade um espaço dinâmico e ativo socialmente. Por isso, a cidade é um conjunto de práticas humanas, que criam sentidos diversos de uso para seus habitantes (LEPETIT, 2001, p. 145). E nem sempre eles estão dispostos a aceitar passivamente os arranjos “racionais” criados para eles. Às vezes fazem usos não autorizados desse espaço, apropriando-se dele conforme seus interesses, costumes e tradições. A urbanização de Itabuna indica a tentativa de se estabelecer uma linguagem formal e racional, procurando ordenar a expansão urbana e o crescimento demográfico segundo os interesses dos poderes instituídos. No entanto, essa linguagem formal terminou por ganhar sentidos diferentes entre as pessoas pobres nas vias e nos logradouros itabunenses. Os sujeitos “de baixo” não recebem as instruções dos segmentos políticos hegemônicos. Ao contrário, ao perceberem que os projetos são interpretações de cidade que vão de encontro aos seus interesses, os trabalhadores requalificam o espaço urbano a partir de suas práticas culturais. Essas práticas são maneiras de reapropriação do seu campo de vivência urbana que resultaram em tensões entre os grupos sociais antagônicos que compunham essa cidade (LEPETIT, 2001, p. 188).

O uso “ordinário” de Itabuna feito pelos trabalhadores levou a estranhamentos. Utilizando-se de costumes e tradições sedimentados por uma prática historicamente construída, eles terminaram afrontando, em seus comportamentos cotidianos, o projeto de cidade patrocinado pelos urbanistas e pelas autoridades políticas, uns e outros pertencentes aos segmentos hegemônicos da cidade⁹. Nessas pequenas práticas cotidianas, que Certeau chama de ordinárias, porque são micro e estranhas à ordem

⁸ Para esses autores, alargar a definição do que são os trabalhadores é fundamental para que possamos continuar produzindo história social do trabalho. Isso porque imaginar que a classe trabalhadora se restringe apenas àqueles que possuem carteira assinada ou que foram reconhecidos em suas atividades profissionais nas épocas em que viveram, seria excluir da pesquisa histórica sujeitos que atuavam na ilegalidade ou na informalidade do universo do trabalho, como as prostitutas.

⁹ Ao pensar em Setores Hegemônicos, faço referência ao que Gramsci considera sobre as pessoas que ocupam as funções de direção do Estado. São aqueles que, entre as classes dominantes, exercem funções de dirigente dentro de uma sociedade política, portanto cumprem de forma hegemônica o exercício de poder. Especificamente para Itabuna, são o prefeito, os conselheiros e os intelectuais que defendiam o projeto de cidade oficial do Poder Público. Ver GRAMSCI (1982, p. 10-11).

estabelecida, os trabalhadores conseguiam dobrar seus críticos e manter sua posição na cidade em transformação (1994, p. 171). Mas gostaria de apresentar um grupo específico de pessoas que não só procuravam preservar suas ações como também forçavam os poderes instituídos a criar meios de mudar sua política urbana. Trata-se das prostitutas que integravam o baixo meretrício em pleno centro de Itabuna, entre as ruas Cel. Domingos Lopes (atual Av. Duque de Caxias) e Ruy Barbosa. Interessou-me detectar as práticas dessas mulheres como condutas estranhas ao espaço geométrico ou geográfico padronizado pelos urbanistas, práticas que formularam maneiras de agir e de fazer, operando uma linguagem urbana diferente das explicações estabelecidas pelos setores políticos hegemônicos.

A cidade e as prostitutas: a apropriação do espaço

Em 21 de agosto de 1943, o jornal *A Época* lançava uma edição comemorativa do 33º aniversário da cidade. Entre várias homenagens feitas, aparecia em destaque uma que se direcionava à “Campanha moralizadora iniciada pelo sr. Leopoldo Freire”. O motivo para o reconhecimento e a honraria concedida àquele cidadão estavam ligados a sua participação na retirada do “baixo meretrício” da rua Domingos Lopes, via que passava por remodelação urbana com calçamento, alinhamento, nivelamento e arborização. A edição daquele dia ressaltava as “dificuldades” encontradas por Freire para combater a prostituição, dizendo que:

Itabuna teve até pouco tempo o seu problema, mais grave que em outros centros; é que aqui a prostituição se exercia livremente, abertamente, às escancaradas, e as casas de tolerância se localizavam nas duas ruas das mais centrais e importantes da cidade, onde residem famílias e constituíam passagem obrigatória de transeuntes que demandavam a outros pontos. Cenas deprimentes eram presenciadas a horas da noite e do dia, tendo por protagonistas as rameiras e indivíduos despidos. Olhos de crianças e mocinhas, à saída do cinema, quando demandavam à residência, eram maculados pela bruteza de espetáculos atentarórios à moral. A carência de habitações no centro urbano porém obrigava as famílias, muitas vezes sem outra alternativa, a residirem em tais ruas que as decaídas queriam para seus exclusivos domínios¹⁰.

A presença de prostitutas e estabelecimentos de prostituição no centro das cidades não é algo incomum. Em Itabuna, além do estranhamento em relação às condutas daquelas mulheres pelos setores tradicionais da sociedade, a disputa pelo território urbano foi um dos motivos para as tensões sociais

¹⁰ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 21 de agosto de 1943, ano XXV, s/n., p. 5.



entre o final da década de 1930 e 1940. O jornal evidenciava diferentes sentidos para um mesmo espaço urbano. Para os urbanistas e a imprensa local, como organizadores do discurso do poder público, o centro deveria ser o território do poder, racionalizado para condicionar o desenvolvimento local, e lugar de moradia do padrão de família cristã e burguesa. Por outro lado, as prostitutas parecem se apropriar daquele espaço com práticas urbanas diferentes das estabelecidas predominantemente pelos grupos políticos dirigentes. Se estes últimos exigiam exclusividade do uso do perímetro central, as mulheres desejavam parte daquela área “para seus exclusivos domínios”, como se referia o periódico local.

O evento de 1943 apontava para o clímax de uma tensão que teve naquele ano um dos conflitos decisivos para a vivência das prostitutas em Itabuna. Mas creio ser importante tentar traçar uma breve trajetória da ocupação das ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa pelo “mulherio”. Provavelmente até a década de 1920, as duas ruas eram curtas e estreitas, ocupando uma importância secundária em relação ao perímetro central. Segundo Oscar Gonçalves, as ruas eram de três metros de largura e a numeração das casas não costumava chegar à segunda centena (1960, p. 116-117). As vias terminavam nos pastos do fazendeiro Paulino Vieira. Nesse período também não havia muita infraestrutura, eram ruas sem pavimentação e saneamento básico para os moradores. Andrade-Breust aponta a existência de várias casas de prostituição a partir da década de 1910, embora a memorialista não se preocupe em apontar fontes seguras de sua informação (2003, p. 80). Segundo ela, naquele período dois famosos estabelecimentos já centralizavam a demanda da população masculina: *O Caramujo*, aberto em 1915 e coordenado por uma mineira conhecida pelo pseudônimo de Rosa Piasca, e *O Lambareto*, dirigido por Maria Bizum e inaugurado em 1918, era considerado simples e barato, sendo por isso frequentado por capangas, filhos de trabalhadores e de comerciantes.

Apesar de esses primeiros estabelecimentos nas ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa terem surgido nas décadas de 1910, Andrade-Breust aponta que a maior parte dos cabarés se fixou naquele lugar durante a década de 1920. A memorialista ressalta o surgimento de “O Corujão da Madrugada”, inaugurado em 1920 por Bárbara Pastor de Jesus. O estabelecimento era conhecido por ter moças muito bonitas, quase todas vindas do Rio de Janeiro, de São Paulo e Salvador. Em suas palavras, “era o mais requintado e procurava manter o padrão das capitais brasileiras, trazendo novas mulheres, investindo na decoração do ambiente e no vestuário das meretrizes” (ANDRADE-BREUST, 2003, p. 89).

Mesmo com as denúncias contra as prostitutas, as duas ruas não deixaram de receber os melhoramentos urbanos iniciados no decorrer de 1930. Durante as primeiras reformas urbanas

executadas pelo governo municipal, a rua Domingos Lopes foi calçada a paralelos, alargada e prolongada, com a plantação de diversas árvores no logradouro¹¹. Após essas mudanças, houve a alteração de sua nomenclatura para Avenida Duque de Caxias, embora exista referência ao seu antigo nome até o final da década de 1940¹². A rua Ruy Barbosa também foi calçada nesse mesmo período, teve seu alargamento e prolongamento. Esses dois logradouros concentravam um bom número de bares, bilhares, açougues e barbearias. Esses estabelecimentos atraíam principalmente a população masculina de Itabuna. A circulação de pessoas era intensa, sobretudo, por se localizarem em pleno centro da cidade.

Desde 1928, é possível identificar reportagens na imprensa local denunciando a presença das mulheres nas ruas Coronel Domingos Lopes e Ruy Barbosa. Em setembro daquele ano, o Jornal *A Época*, em extensa reportagem, chamava a atenção das autoridades públicas para que exercessem um controle mais efetivo naquela área, que, além de ser espaço de jogatina, também era ocupada por prostitutas. O periódico oferecia duas explicações para o aumento do número de mulheres na cidade. A primeira delas afirmava que, quando a polícia de Ilhéus promovia ações mais enérgicas no município, uma parte delas vinha para Itabuna, buscando refúgio contra as perseguições. Outra explicação é a presença de mulheres atraídas pela fama da região, advindas do sertão e do Recôncavo da Bahia¹³.

Inicialmente, as duas explicações sugerem a tentativa da imprensa local em relacionar a causa da prostituição com fatores externos. Isso justificaria a ideia de que Itabuna originalmente não possuiria estas atividades, sendo o agente externo o responsável pelo avanço do meretrício. Todavia, a explicação do jornal também pode indicar uma rede de comunicação entre as mulheres da região, de maneira a articularem táticas para sobreviverem diante da repressão. No entanto, a preocupação maior aqui não é buscar as origens dessas mulheres, mas tentar perceber a relação delas com as ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa. A impressão é que essas vias eram ocupadas intensamente pelo “mulherio” desde a década de 1920. A forma corriqueira com que a imprensa publicava queixas contra elas nos oferece uma medida para avaliar a atuação persistente delas na cidade. Em junho de 1928, o jornal *A Época* novamente preenchia sua primeira página chamando a atenção da polícia e pedindo punição exemplar para as mulheres. Dizia que “Moradores da rua Cel. Domingos Lopes pedem-nos

¹¹ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 24 de julho de 1937, ano VII, n. 329, p. 10.

¹² APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 10 de novembro de 1936, ano VI, n. 294, p. 10.

¹³ IGHB. *Jornal A Época*, 29 de setembro de 1928, ano XI, n. 433.

chamemos atenção a polícia para algumas horizontais residentes naquela via pública entre as casas n.^{os} 8 e 14, cujo procedimento de semanas para cá, vem-se tornando escandaloso e insuportável”¹⁴.

Dentre as matérias publicadas no ano de 1928 pelo Jornal *A Época*, talvez a mais metafórica seja uma que havia sido intitulada “As aventuras de uma barregã iam provocando um conflito”. Publicada em fevereiro daquele ano, narrava uma contenda entre Caboclinha e João Simplício da Cruz. Para o jornal, o homem era um rapaz de bom procedimento e trabalhador; e Caboclinha era “mulher de má vida [...] quando embriagada, fica em estado insuportável. Diz palavrões, profere obscenidades e quer atentar contra a integridade física de seus semelhantes”¹⁵. Pelo mesmo jornal, ficamos sabendo que Caboclinha vivia na condição de amásia, após ter sido mulher de vida livre na rua Ruy Barbosa. Certo dia, Caboclinha havia se embriagado novamente e resolveu sair da casa onde vivia, e no meio da rua começou a detratar o seu companheiro. Durante o fato, a polícia chegou à rua Domingos Lopes, provocando a fuga da mulher e a prisão de João Simplício. No entanto, a ação da força pública provocou a ira da população, que partiu para cima dos soldados, tendo sido também preso por agressão Miguel de Tal, vizinho da mulher. De acordo com a notícia, os vizinhos, particularmente Miguel de Tal, se revoltaram contra a intervenção dos guardas por conta da prisão de João Simplício, mesmo estando este em sua casa durante os xingamentos de Caboclinha. Para resolver a situação, Leopoldo Freire, patrão de Miguel, interveio na liberação de seu empregado. Quanto a Caboclinha, ela foi alcançada pelos soldados e foi solta na manhã seguinte¹⁶.

Não é possível afirmar por essa fonte qual o nível de relacionamento entre as prostitutas e a população pobre que residia na vizinhança dos bordéis das ruas Ruy Barbosa e Domingos Lopes. Assim como há registros de enfrentamento envolvendo prostitutas e autoridades políticas, também se encontram documentos apontando disputas entre as mulheres de prostíbulos. Observo isso no processo crime que dá conta de um conflito entre colegas de casa em que Vírilia Ramos, com 25 anos de idade, mulher de vida livre, residente na rua Ruy Barbosa, aplica uma navalhada em Ana Amaral dos Santos, cuja motivação foi ciúmes de um homem¹⁷. Sendo assim, imaginar que não havia conflitos entre prostitutas e pessoas pobres vizinhas seria incorrer em ingenuidade. Contudo, parece-me que, quando se davam disputas entre populares e as mulheres “de vida livre”, eram tensões decorrentes de

¹⁴ IGHB. Jornal *A Época*, 2 de junho de 1928, ano XI, n. 416.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ APPJ. Processo-crime da comarca de Itabuna contra Vírilia Ramos. Denúncia registrada pelo promotor público, 22/2/1933. fl. 2.

motivações cotidianas e passionais na maioria dos casos, tal como vimos no caso citado. Já a relação conflituosa entre prostitutas e membros dos setores hegemônicos tinha como base uma luta política, o que implicava uma disputa pelo direito do espaço urbano de Itabuna.

O episódio de Caboclinha é metafórico, portanto, porque envolve no mesmo cenário Leopoldo Freire. Este último não tinha uma convivência tão pacífica com suas vizinhas, visto que garantiu apenas a liberdade de seu empregado no caso. Ex-juiz de paz de Ferradas, ex-presidente da Irmandade da Santa Casa de Itabuna, possuidor de uma padaria na rua Domingos Lopes, funcionário da Coletoria Estadual e membro do Partido Social Democrata na década de 1930, Freire era apenas uma parte da sociedade que enxergava as mulheres de vida livre como uma ameaça à moral familiar e cristã. Veremos, mais à frente, que foi ele o responsável por empreender uma campanha contra a permanência do meretrício próximo ao centro, encarnando com clareza os interesses do Poder Público em fazer do perímetro central uma zona livre da prostituição. Por outro lado, a reação da população frente à intervenção no caso sugere a insatisfação popular com o poder público e a instauração de um território em que a polícia encontrava dificuldade para atuar. A vizinhança não permitiu passivamente que a força pública prendesse os envolvidos na querela. Isso passa a ser significativo na medida em que acontecia em pleno centro da cidade, lugar de intervenção da ordem política, tomado pela prática urbana dos trabalhadores(as) pobres urbanos (as).

Os diversos bares e a jogatina instalados nas ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa faziam com que a população masculina procurasse aquela região para se divertir. Isso talvez pudesse contribuir para que parte considerável das prostitutas se localizasse por ali. No entanto, outros elementos também parecem ter contribuído para a instalação do baixo meretrício naquelas duas ruas. Uma evidência disso está em um Edital de Protesto publicado na década de 1940. Em 18 de abril de 1944, falecia o Coronel Berilo Guimarães. O falecido era um homem de prestígio na sociedade de Itabuna do início do século XX¹⁸. Por exemplo, ele foi o responsável pelas doações dos terrenos onde foi construído o sistema de tratamento e distribuição de água de Itabuna na década de 1930. Posteriormente, projetou o bairro Cidade Jardim no restante de suas terras, em parceria com a Empresa de Terrenos Urbanos, aproveitando-se daquele melhoramento. Além disso, em seu testamento, deixou parte de seus bens para ser revertido na construção do novo pavilhão da Santa Casa e da Casa dos Mendigos. No dia do seu sepultamento, houve homenagens à figura do coronel e a presença de várias instituições locais, tais

¹⁸ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*. 30 de maio de 1936, ano VI, n. 270. p. 1.

como a Sociedade Monte Pio dos Artistas, a Sociedade São Vicente de Paula e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia¹⁹.

Apesar de ressaltar as boas ações de Berilo Guimarães com a doação de terrenos para a prefeitura e as instituições filantrópicas da cidade, seria outra doação que chamaria a atenção da justiça local. Em 12 de maio de 1944, quase um mês depois da morte do coronel, D. Isolina da Silva Guimarães produziu um Edital de Protesto contra Maria Gerosina da Silva. A primeira era esposa do falecido Berilo Guimarães e a segunda, concubina pública deste. Dizia a petição de protesto que “fez em vida, várias doações, diretas e indiretas, claras e disfarçadas, à sua concubina, residente a rua Ruy Barbosa, próximo à Cidade Jardim.” Além disso, garantia que os bens que a amante possuía em seu nome eram todos resultados da munificência do seu falecido esposo, visto que aquela não possuía renda suficiente para contrair posses. Ao final do documento, Isolina Guimarães informava que a Maria Gerosina entrava na justiça para tentar alienar alguns dos bens que o finado marido havia deixado para ela e seus filhos, herdeiros legítimos dos bens²⁰.

A querela entre Isolina Guimarães e Maria Gerosina é uma evidência de que a ocupação das prostitutas na região das ruas Ruy Barbosa e Domingos Lopes aconteceu também com o auxílio dos homens de prestígio da cidade. A literatura regional aponta para vários casos de mulheres concubinas que eram sustentadas pelos seus amantes, coronéis que exigiam exclusividade com meretrizes de luxo, por isso construíam casas para abrigá-las próximas ao centro (AMADO, 2005). Em 30 de maio de 1944, Zildo Pedro da Silva Guimarães, filho do falecido coronel, fazia petição para verificar se o imóvel onde vivia Maria Gerosina possuía registro de Décimas urbanas em seu nome na rua Ruy Barbosa. Naquela oportunidade, recebeu uma resposta positiva da prefeitura municipal²¹.

A ocupação do baixo meretrício no centro de Itabuna parece ter sido tolerada também pelos soldados que policiavam aquela área da cidade. Reunidos em bares, a polícia e o “mulherio” encontravam um espaço em comum para sua atuação. Este é o caso do Bar A Miscelânea, em que, segundo o jornal *O Intransigente*, “a pornografia [...] é a canção predileta dos freqüentadores das orgias noturnas na rua Ruy Barbosa”²². Em outra edição, o mesmo jornal exigia uma posição mais firme da polícia, visto que:

¹⁹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 22 de abril de 1944, ano XVII, n. 34. p. 4.

²⁰ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 16 de maio de 1944, ano XII, n.º 676. p. 2.

²¹ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 30 de maio de 1944, ano XII, n.º 678. p. 1.

²² CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 13 de setembro de 1935, ano X.

<<As Brancas de Neve>>, mercê do descaso policial, vivem como lhes parece, na maior e mais deslavada sem cerimônia afrontando a sociedade e menosprezando as regras da moral e dos bons costumes. Bebericam pelos *cabarets*, de dia ou de noite, disputam as prezas, a qualquer momento discutem em meio das ruas, enfim, tudo praticam sem o menor receio dessa polícia que parece ter vendas nos olhos, para melhor enxergar²³.

É possível que o descaso policial não fosse em vão. A nota ainda pedia que a polícia procurasse localizar as prostitutas para acabar com as “vergonhosas cenas que tanto deprimem o progresso de Itabuna”²⁴. Não era só a polícia militar que frequentava os ambientes de prostituição. A presença de membros da Guarda Municipal em pensões de “mulheres de vida livre” pode ser confirmada pelas punições registradas contra os soldados nos relatórios da instituição. Por exemplo, em agosto de 1935, os guardas Adelino Oliveira de Melo e Dado Sinval Lago levaram uma pesada punição de cinco e oito dias, respectivamente, por terem sido flagrados em cabarés²⁵. Ao que parece, a polícia sabia onde e quando o “mulherio” atuava. No entanto, não encontrava motivação para impedir a atuação delas. A cobrança da imprensa em relação às autoridades da segurança pública é um indício de que havia uma flexibilidade dos policiais com o meretrício da cidade. Com a conivência dos soldados e a conveniência de coronéis locais, as prostitutas conseguiam preservar suas atividades nas fronteiras do perímetro urbano, mantendo laços de negociação com membros importantes da sociedade na década de 1930.

A relação das prostitutas com outros setores da sociedade oferece um sinal do trânsito social que elas percorriam na sobrevivência cotidiana e na afirmação de seu território de atuação. Voltamos às fontes literárias que são resultado de uma demanda social, carregando em si as influências do tempo histórico em que surgiram (SEVCENKO, 2003, p. 29)²⁶. Telmo Padilha, poeta da cidade, em sua obra *Cantos de amor e ódio a Itabuna*, aponta para o envolvimento das mulheres com comerciantes, fazendeiros e policiais, de onde tiravam o suporte financeiro necessário para sua subsistência. Mais do que isso, Padilha descreve os desfiles entre as ruas principais da cidade feitos pelo “mulherio”:

Depois de ruas escuras e boleros, vermelhas luzes nas arcadas, odor de fumo e de esperma, vidrinhos de perfumes sobre a cômoda, blenorragicos gritos

²³ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 5 de dezembro de 1936, ano XI, n. 14. p. 4.

²⁴ *Idem, Ibidem*.

²⁵ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Sábado, 24 de agosto de 1935, ano V, n. 231.

²⁶ Para o autor, não podemos imaginar uma obra literária como uma árvore sem raiz, resultado da mera imaginação do autor, mas sim como produção carregada de significados oriundos do tempo em que foi produzida.

alugados, um quilo de cacau por uma hora, no salão inquietos comerciários, velhos coronéis de arma à cinta, ébrios policiais de sono e álcool. Um disparo sem propósito. Mais tarde, na movimentada avenida principal elas desfilariam, disponíveis e discretas, o primário feito, alforriadas e belas, flores dos motéis, sentam-se nos bares noturnos e recitam poemas [...] mal pagas, comem sua juventude e seus sonhos, e deitam-se sem remorsos sobre seus corpos (PADILHA, 2004, p. 31).

Na cidade, as mulheres faziam das vias urbanas territórios apropriados para executarem suas atividades. Transformavam o cheiro e as cores da cidade ao ocupar os espaços urbanos mais centrais. As vermelhas luzes indicavam a abertura dos bordéis que existiam na cidade. Criavam para si outra Itabuna, diferente da planejada pelos urbanistas. Faziam usos não autorizados pelo poder público ao se expor nas avenidas principais, provocando tensões com outros segmentos sociais mais conservadores. Contudo, as relações profissionais e amorosas com comerciantes e coronéis sugerem que nem todos os membros das elites se desentendiam com as mulheres. Formavam seus conchavos e redes de solidariedade com parte dos setores hegemônicos, importantes no momento de defender suas posições na cidade. Nesse sentido, Margareth Rago sugere que as mulheres, ao se relacionarem com membros da elite, terminavam por adquirir apoio de homens influentes e de policiais, possibilitando preservar suas atividades na cidade (1991, p. 174)²⁷.

12

Em tempos de guerras: reapropriação do espaço urbano pelas prostitutas

As tensões entre as mulheres do baixo meretrício e o poder público passaram a ficar mais quentes no início da década de 1940. Até aquele momento, o baixo meretrício havia tomado uma zona considerável das ruas Ruy Barbosa e Domingos Lopes (avenida Duque de Caxias). Em 1942, por exemplo, havia dezenas de denúncias contra um cabaré que funcionava nas imediações da Sociedade Monte Pio dos Artistas. Segundo o jornal *A Época*, o estabelecimento se localizava em “pleno coração da cidade”, incomodando “o sossego dos moradores [...] pessoas que labutam durante o dia no trabalho honesto, e só tem a noite para o descanso”²⁸. O destaque para o fato de que o tal cabaré funcionava no “coração da cidade” é um indício de que, com o avanço do plano de urbanização e da delimitação das

²⁷ A autora se refere principalmente ao papel da Madame, aquela que dirige estabelecimentos de prostituição, que quase sempre “contava com o apoio de homens influentes e mesmo de policiais, a quem, em geral pagava ‘gratificações’ em troca de paz no estabelecimento” (p. 174).

²⁸ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 24 de janeiro de 1942, ano XX, n. 1189. p. 1.

fronteiras do perímetro central, as prostitutas enfrentariam dias mais complicados do que os de costume para preservar seu espaço de atuação.

Antes disso, tanto *A Época* como *O Intransigente* publicaram matérias extensas sobre a presença do meretrício nos limites das ruas Ruy Barbosa e Domingos Lopes no ano de 1941. A diferença dessas matérias para as da década de 1930, é que elas já não cogitavam apenas a repressão policial, mas solicitavam a retirada da prostituição daquelas vias e seu deslocamento para a região dos bairros. Como justificativa, a imprensa argumentava que o comportamento daquelas mulheres não se adequava mais à cidade em urbanização, às ruas que eram arborizadas e calçadas para as famílias, enquanto as mulheres desafiavam as autoridades municipais. Nas palavras do jornal *A Época*, “as infelizes ficam das janelas de suas casas a sorrir, a fazer piegas e sinais, que nos comprometem com as nossas esposas”²⁹. A conduta das prostitutas soava como afrontamento aos padrões de cultura urbana hegemônica em Itabuna, ligados às regras cristãs e famílias burguesas.

Em março de 1942, outro evento marca mais uma instabilidade envolvendo as prostitutas e a polícia depois de denúncia feita por Leopoldo Freire. No dia 19 daquele mês, Freire publicava na imprensa local um agradecimento ao subdelegado Edgar de Barros pela prisão de homens e de prostitutas na rua Domingos Lopes, causadores de conflitos na madrugada do dia anterior. Naquela oportunidade, as mulheres de nome Izaurinha, Julieta (Juju), Ernestina, Maria, Corina e Minda, conhecida por “Fala Fina”, foram intimadas pelos policiais no bar do senhor Carneiro. Por fim, o autor do agradecimento se dizia satisfeito com a proibição da abertura de bares após a meia-noite e com o policiamento daquela via “durante a noite, recolhendo a cadeia, os anarquistas e raparigas desordeiras ali existentes”³⁰.

O clima de instabilidade entre o poder público e as prostitutas chega ao nível mais tenso no ano de 1943. Levada a cabo pelo Delegado Almerindo Vergne e pelo fiscal estadual de rendas Leopoldo Freire, iniciou-se a campanha de retirada das mulheres de vida livre da rua Domingos Lopes. Entre junho e julho daquele ano, os jornais locais consideraram o embate como uma “pequena guerra”. Em meio às matérias sobre as batalhas da Segunda Guerra Mundial, o conflito que chamava a atenção havia ocorrido em Itabuna, e o jornal *O Intransigente* o chamava de “Guerra Relâmpago”. O periódico destaca que:

²⁹ Jornal *O Intransigente*, 29 de novembro de 1941, Ano XV. p. 1. Documento localizado em processo-crime.

³⁰ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 21 de março de 1942, Ano XX, n.º 1195. p. 4.

A polícia resolveu sanear a rua do Lopes, do meretrício ali existente, há cerca de mais de 30 anos, conforme afirmam os velhos moradores de Itabuna.

Para tal fim, o Capitão Almerindo Vergne, delegado de polícia, intimou as proprietárias de casas de mulheres, sitas à referida rua e apresentou-lhes um ultimatum: Mudança em 48 horas, sob pena da lei, sem recursos e nem agravos. De fato a ordem está sendo obedecida. A revoadas das Andorinhas do amor não se faz tardar. Carroças e carrocinhas se movimentaram. Metade ou mais das casas já foram desocupadas. As andorinhas têm procurado as ruas mais afastadas para se localizarem fora do centro da cidade. Pontalzinho, Abissínia, Jaqueira, Caixa D'Água foram as preferidas.

A velha rua do Lopes, onde dizem, velhos e conhecido clínico passava, em boa companhia as suas horas de lazer, nos tempos da velha Tabocas, se transformará agora em rua completamente familiar. Compete agora aos proprietários locais melhorarem seus prédios, já que a prefeitura e a polícia estão transformando-a em uma das mais lindas ruas da cidade³¹.

Para *O Intransigente*, a ação da polícia soava como uma medida de saneamento social do perímetro central, afastando as meretrizes da rua Domingos Lopes. Segundo o periódico local, o afastamento da zona de meretrício deveria impulsionar a construção de novos prédios naquele logradouro. Mas há um elemento importante a destacar. A saída das mulheres para outras regiões da cidade. Muitas delas terminaram por se abrigar no subúrbio da cidade, o que parece ter sido uma saída para continuar sobrevivendo sem o incômodo das autoridades locais do centro. Por outro lado, sua localização nas áreas periféricas também era tolerada por parte da imprensa de Itabuna. O jornal *A Época*, por exemplo, noticiava a ação da polícia com certa satisfação, aprovando a iniciativa de abrigar as mulheres nos bairros. Para este órgão de notícias, a medida do Cap. Almerindo Vergne despertava a simpatia da opinião pública, retirando “o mulherio da Avenida Duque de Caxias, uma das mais belas e centrais artérias da cidade, onde residem numerosas famílias e localizando-as em pontos mais afastados da urbs”³².

Em agosto de 1943, um mês depois da medida da polícia de Itabuna, o jornal *A Época* homenageava o capitão Almerindo Vergne e Leopoldo Freire pela campanha que haviam feito para o deslocamento das mulheres da rua Domingos Lopes. Em telegrama enviado ao Secretário de Segurança da Bahia, Major Holche Pulchério, Freire agradecia o apoio do governo estadual, informando que se encontrava “inteiramente saneado meretrício do centro cidade causando tal fato grande satisfação visto estar resolvido grande desejo família itabunense.” Em outra passagem, dizia também que “capitão

³¹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 10 de julho de 1943, ano XVI, n. 45. p. 1.

³² CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 10 de julho de 1943, ano XXV, n. 1267. p. 4.

Almerindo Vergne aplaudido pelos Drs. Juiz de Direito, Promotores, Prefeito, imprensa e população sensata, virtude sua ação serena, eficiente e eficaz”³³.

Apesar de a vitória ter sido comemorada em agosto de 1943, há motivos para acreditar que as atividades das prostitutas não foram extintas do perímetro central, mesmo com a “campanha moralisadora” comandada por Leopoldo Freire. Como disse anteriormente, muitas mulheres se deslocaram para os bairros, onde já existia a presença dos cabarés e suas práticas profissionais toleradas. Esse movimento foi também apontado por Andrade-Breust. Ela também sustenta que a batida policial foi o suficiente para expulsar as prostitutas para a periferia de Itabuna. Contudo, há motivo para acreditar que algumas delas permaneceram na rua Domingos Lopes e Ruy Barbosa. A imprensa local apresenta indícios de que as prostitutas apenas saíram da parte inicial em direção ao final daquelas vias. Não apenas isso, os jornais passaram a noticiar um espaço chamado “Buraco da Gia”, que nas notícias encontradas era caracterizado como o novo território da diversão e da alegria da população masculina noctívaga. Menos de três meses depois, o logradouro era alvo de reportagem que denunciava o ponto estratégico do barulho:

Várias queixas temos recebido sobre o barulho e a anarquia reinantes na avenida Matos, entre as ruas Ruy Barbosa, Amâncio Oliveira e Duque de Caxias. [...] está encravada entre as citadas ruas, tendo vista para várias casas residenciais. Como se tratassem de casinhas baratas, as mundanas ali se instalaram [...] Extinto o foco de atração noturna no centro da cidade, que era a zona do Bar Carneiro, adeptos da vida noturna, até granfinos, instalaram-se no centro da avenida [...] Aí foi se formando o foco, o barulho, sob os <<psius>> e o <<silêncio>> da dona de casa.

Cognominaram, então esse lugar, de <<Buraco da Gia>>...

Que vamos fazer contra o <<Buraco da Gia>>? Nada. Eles e elas precisam viver. Foram jogados para ali e incomodarão outros vizinhos se dali forem tirados.

Resta-nos apenas apelar: Pessoal do << Buraco da Gia >>, por favor, faça menos barulhos!...³⁴

A avenida Matos citada pela reportagem do periódico local era um beco com várias casinhas, ocupadas por pessoas pobres. Estava situada entre as ruas citadas pela notícia. Ali foi se instalando parte da população que havia saído da parte inicial da Rua Domingos Lopes (região mais próxima do centro), passando a reconstituir suas práticas profissionais e urbanas, portanto a refazer seu espaço citadino de atuação. Mas talvez o mais interessante seja o modo como foi entendido o aparecimento

³³ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*, 21 de agosto de 1943, ano XXV, s/n. p. 5.

³⁴ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 13 de novembro de 1943, ano XVII, n. 11. p. 4.

daquele logradouro pelo *O Intransigente*. Não havia nada o que fazer contra as pessoas daquele espaço. Foi a própria vivência daqueles sujeitos que delimitou o uso do espaço urbano. Mesmo utilizando a cidade sem autorização formal, as táticas adotadas pelas mulheres terminaram por dobrar as estratégias do poder público e da imprensa em acabar com a existência dos prostíbulos no centro de Itabuna. Parece que, mesmo com a vitória anunciada em agosto de 1943 pela imprensa, quem continuou dando “risadas” dos setores mais conservadores foi o “mulherio”.

Há sinais de que o “Buraco da Gia” se tornou o ponto das farras feitas por integrantes da elite junto com as mulheres de “vida livre”. Os jornais passaram a noticiar as bebedeiras e as folias realizadas no local por gente que, segundo periódico local, “se diz de família, de gravata e de sapatos camouflé. Estudantes, empregados públicos, comerciários e artistas, etc, etc...”³⁵. As reclamações não eram mais contra as prostitutas, mas direcionadas aos indivíduos que patrocinavam as algazarras naquele local. Na mesma nota, havia a promessa de divulgar os nomes dos rapazes que provocassem o incômodo do sossego público, conforme recomendações do Capitão Almerindo Vergne, que àquela altura já sabia que não tinha conseguido solucionar suas contendas com o meretrício local³⁶.

16

No entanto, a preocupação da imprensa local com o “Buraco da Gia” evidenciava que as prostitutas, talvez auxiliadas por esses rapazes de “gravata”, consolidavam seu território urbano de sobrevivência em uma Itabuna que passava por transformações. Lepetit aponta que “as formas da cidade podem mudar mais depressa que o coração dos homens”, de forma que as [re]formas urbanas podem não acompanhar os interesses dos trabalhadores livres e pobres (2001, p. 148). Daí surge a resistência destes últimos, de maneira que os hábitos sociais e os usos se tornam meios de preservar a sobrevivência e a atuação dos grupos populares na construção de outros territórios. O “Buraco da Gia” se encaixava na tentativa das prostitutas de construir um espaço social que se adaptasse às suas condutas, um *locus* que tivesse sentido inteligível para elas. Por isso, reordenou sua área de atuação em face da perseguição promovida pelo poder público e dobrou as críticas da imprensa local, que encontrava dificuldades em seus argumentos para justificar novas repressões.

Considerações finais

³⁵ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*, 27 de maio de 1944, ano XVII, n. 39. p. 1.

³⁶ *Idem, Ibidem.*

Giulio Argan diz que toda cidade não é feita apenas de pedras e de concretos, mas também de homens que, por sua vez, lhe atribuem um valor a partir de seu envolvimento e das práticas culturais que desenvolvem nesse espaço urbano (1998, p. 228)³⁷. Essa premissa ajuda a entender os planos de cidade criados para Itabuna e sua relação com as pessoas que compõem esse tecido urbano. Ao projetar os melhoramentos urbanos, definindo padrões de higiene e de estética com objetivos universais, os urbanistas procuravam escrever uma linguagem cidadina pautada em medidas formais e impessoais, permeada de regras que tentavam condicionar a vida das pessoas que utilizavam esse espaço. (CERTEAU, 1994, p. 95)³⁸. Essa linguagem nem sempre fazia sentido para os trabalhadores, de forma que as medidas de urbanização atendiam mais aos interesses dos membros que sustentavam a ordem estabelecida de Itabuna do que aos dos grupos populares.

Considero a cidade de maneira semelhante à que Paul Ricoeur adota ao tratar a produção textual. Ricoeur (1994) sugere que um texto não é um fim em si mesmo. Inicialmente, a escrita é uma tentativa de explicar o mundo ou a realidade. No entanto, as interpretações que as outras pessoas fazem desse texto são variadas. Assim, a produção textual é compreendida por meio de uma apropriação. Pensando nisso, tento ver a linguagem dos urbanistas como meio de tentar explicar a cidade e resolver seus problemas. Utilizando-se de princípios científicos, os urbanistas objetivaram criar uma linguagem sobre a cidade que fundamentasse o discurso de ordem e de progresso intencionados pelas classes dirigentes de Itabuna. Essa linguagem era sinalizada a partir do alinhamento e do nivelamento das vias urbanas, das medidas de incentivos para a construção de imóveis residenciais e comerciais nos parâmetros idealizados pelo poder público.

O urbanismo como explicação da realidade circunscreve um nível de tensão com os “erros” existentes na cidade, da perspectiva dos engenheiros. Não foi por acaso que os engenheiros projetaram praças, parques, canais e avenidas em locais onde existiam casas de meretrício, candomblés e lavadeiras. As práticas populares eram vistas como elementos nocivos à escrita científica da cidade que se pretendia impessoal e progressista. A racionalidade urbana se tornava a expressão da necessidade de criar um território de poder, onde os poderes instituídos pudessem efetuar seu controle com mais

³⁷ Para o autor, a cidade é fruto dos valores que os homens atribuem aos lugares onde moram e exercitam suas práticas culturais. Deve-se levar em consideração, portanto, “a atribuição de valor, não importa quem o faça e a que título seja feita. De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade [...]” (p. 228).

³⁸ Para o autor, o urbanismo era uma espécie de linguagem formal, produzida de cima para baixo, que carrega em seu bojo uma posição terapêutica de controle sobre o espaço urbano, que consolida a estratégia de manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, os sujeitos pobres urbanos imprimiam uma linguagem ordinária, formada a partir das resistências cotidianas desses indivíduos como táticas de burlar os projetos hegemônicos de cidade.

organização, negando toda prática que se “desviasse” dos interesses hegemônicos³⁹. A organização racional cidadina procura recalcar os defeitos que ameaçam o alcance destes objetivos. A linguagem do poder se urbanizou nas décadas de 1930 e 1940, pautando-se em metas totalizantes que homogeneizavam e universalizavam os habitantes em seres anônimos e passivos. Mas a vida urbana permite a redenção dos sujeitos que ficaram de fora. São eles que entregam a cidade a movimentos contraditórios que se compensam e se estabelecem fora do poder. Em outras palavras, se o urbanismo se torna uma linguagem formal sobre a cidade, que tenta explicá-la, tentei observar como ela é apropriada pelos seus outros escritores, tomando por referências a ação das prostitutas.

Mesmo diante dos empreendimentos imobiliários e das pretensões de reorganizar o perímetro central de Itabuna, foram as práticas culturais dos trabalhadores pobres e comuns em meio ao tecido urbano que condicionaram os usos da cidade. Pierre Mayol, ao falar da categoria Bairro, considera que a cidade se constrói como o lugar “onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (CERTEAU, GIARD & MAYOL, 1994, p. 39). Dessa forma, o espaço urbano não pode ser encarado como um tabuleiro, cujas peças são mudadas de lugar conforme os interesses hegemônicos. Ele é o lugar de vivência que as pessoas erguem a partir de suas conveniências, de seus costumes e de suas tradições, apropriadas no cotidiano por suas práticas urbanas. Essa premissa é fundamental para compreender o papel das prostitutas no cenário de Itabuna. Em suas microações, elas reinterpretem a cidade, criando adaptações ativas para sobreviver e preservar suas atividades.

Para Bernard Lepetit, tanto as formas de instituição de poder como os agrupamentos sociais que se formam na cidade, têm os sentidos que são oferecidos pelas práticas culturais dos sujeitos (2001, p. 57). Dessa maneira, o espaço urbano é permeado sempre por territórios que se fabricam a partir do agir e dos valores dos indivíduos, e que se sedimentam como territórios apropriados por eles. Durante as décadas de 1920 e 1930, as ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa foram os espaços de atuação do “mulherio”. Faziam daquele território uma zona própria de seu uso, com fronteiras definidas e reconhecidas pelos outros setores da sociedade, mesmo que de maneira preconceituosa. As brigas, os gritos, os olhares das janelas e os desfiles nas ruas faziam parte de uma prática urbana que ajudava a

³⁹ Vale pensar os engenheiros como parte dos intelectuais orgânicos que sustentam o discurso de afirmação dos segmentos políticos hegemônicos, cumprindo a função de organizar e de justificar racionalmente as propostas de intervenção das classes dirigentes de uma sociedade (GRAMSCI, 1982, p. 8.).

identificar aquele logradouro como o baixo meretrício. Talvez fosse o espaço onde os representantes da “ordem” só pudessem estar presentes quando fossem coniventes com os interesses das prostitutas, isto é, na medida em que policiais, “engravatados” e fazendeiros fossem clientes. O “Buraco da Gia” foi o lugar onde as prostitutas adaptaram novamente suas práticas, apropriando-se do espaço urbano, construindo um território social a sua imagem. Esse lugar seria a interpretação da linguagem urbana, posto que, enquanto os urbanistas propunham uma escrita formal e técnica para explicar e mudar a cidade, aquelas mulheres ofereceram uma nova interpretação cidadina; sem os rigores científicos do urbanismo, mas com suas micropráticas, se adaptaram e redesenharam seu lócus de atuação em Itabuna.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas
CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional / UESC
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
APPJ – Arquivo Permanente do Poder Judiciário

Fontes

Jornal Oficial do Município de Itabuna
Jornal A Época (1920-1940)
Jornal O Intransigente (1920-1940)
Projeto de Remodelamento e Expansão da cidade de Itabuna (1927)
Saneamento de Itabuna (Estado da Bahia) – Relatório F. Saturnino R. de Brito Filho (1935)

Referências bibliográficas

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ANDRADE-BREUST, Adriana. *História e estórias de Itabuna*. Ilhéus, BA: Editus, 2003.
- ARGAN, Giulio C. *História da arte como história de cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CERTEAU, Michel, GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



FREITAS, Antonio F. Guerreiro & PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul (1534-1940)*. Ilhéus, BA: Editus, 2001.

GONÇALVES, Oscar R. *O jequitibá da Taboca*. Itabuna: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Organização de Heliana Angotti Salgueiro. Tradução de Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

NEGRO, Antonio, GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, junho de 2006.

PADILHA, Telmo. *Cantos de amor e ódio a Itabuna*. Ilhéus: Editus, 2004.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cezar. Campinas, SP: Papirus, 1994. vol 1.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.